

# QUESTÕES DE GÉNERO NA PARTICIPAÇÃO DIGITAL

---

**JOSÉ AZEVEDO**

CETAC MEDIA – CENTRO DE ESTUDOS DAS TECNOLOGIAS, ARTES E CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
MEDIA & FACULDADE LETRAS UNIVERSIDADE DO PORTO

**MARIA JOÃO COSTA SEIXAS**

## Resumo

As questões da inter-relação entre género e tecnologia são particularmente reveladoras das *nuanças* que se escondem na leitura dos índices de acesso e uso das TIC. Um importante número de estudos qualitativos tem sugerido que, apesar da diminuição das desigualdades entre homens e mulheres em termos de acesso à Internet e aos seus usos básicos, a dimensão de género continua a ser um factor importante na “qualidade” do envolvimento com a tecnologia. No sentido de contribuir para a clarificação das dimensões referidas são apresentados resultados de um inquérito onde diferentes níveis analíticos da utilização da internet são avaliados a partir de uma dimensão de género. São igualmente sugeridas formas de harmonizar conceitos e desenhos de investigação para possibilitarem mais facilmente comparações internacionais.

## Palavras-chave

Fosso Digital; Estudos de género; Indicadores de Inclusão Digital; Inquérito.

## Introdução

Não obstante se ter vindo a registar progressos em matéria de representações e práticas sociais de igualdade entre homens e mulheres, persistem ainda numerosas assimetrias que condicionam a construção de uma Era da Informação mais justa e inclusiva (Castells, 2007). As questões que mais têm preocupado investigadores e políticos são a ausência e o desinteresse das mulheres em algumas áreas das chamadas ciências “duras” e da engenharia, tradicionalmente ocupadas e geridas por homens, bem como as diferenças de género ao nível do acesso e utilização das TIC, geralmente identificadas debaixo da designação de *fosso digital*.

A necessidade de aumentar a força de trabalho nestas áreas, de forma a habilitar as economias nacionais a competir com modelos económicos mais eficientes e baseados numa sociedade do conhecimento de base tecnológica, levou a que fossem tomadas medidas no sentido de diminuir o fosso digital e aumentar a presença das mulheres na ciência e na engenharia. Contudo, apesar da vontade política, a concretização deste último objectivo tem revelado ser mais difícil do que o esperado e, se vários estudos indicam que as desigualdades ao nível do acesso e utilização das TIC têm vindo a diminuir, continuam a registar-se formas diferenciadas de utilização destas tecnologias.

Actualmente, e em termos genéricos, os estudos que versam sobre a inter-relação entre o género e a ciência/tecnologia assentam numa tripla perspectiva:

- a) Dos riscos que as mulheres enfrentam de ficarem à margem da participação na revolução científico-tecnológica, económica e social e, como tal, continuarem mais vulneráveis a situações de desigualdade social;
- b) Dos desafios que se colocam aos decisores no sentido da mudança de valores, representações e práticas sociais, profundamente enraizados num modelo patriarcal de funcionamento e organização da sociedade, que afasta as mulheres da ciência e, em particular, da tecnologia, desde a esfera da produção até à esfera do consumo;
- c) Das oportunidades que as TIC proporcionam às mulheres de se tornarem agentes activos da mudança.

### **Ciência, Tecnologia e Género: desenvolvimento da ciência moderna e difusão social das TIC**

De uma forma geral, a inter-relação entre género e ciência/tecnologia tem vindo a ser discutida no âmbito da temática relacionada com a necessidade de construção de sociedades mais justas, nas quais a igualdade de oportunidades, nomeadamente entre homens e mulheres, é assumida como um valor fundamental que se enquadra na defesa dos direitos humanos<sup>1</sup>.

Desde o século XVII que se tem vindo a desenvolver um consenso acerca da ideia de que a ciência moderna possui um enorme poder sobre as vidas dos indivíduos e sobre as sociedades, seja quando surte impactos positivos na melhoria da qualidade de vida seja quando é responsável pelo desenvolvimento de aplicações que, directa ou indirectamente, constituem uma ameaça ao bem-estar (Vargas Rodríguez, 2002).

Por outro lado, os anos 90 do século XX e o início do novo milénio têm sido marcados pela difusão social das TIC, em particular da internet, e pelas evidentes mudanças observadas em várias dimensões da vida quotidiana.

De facto, embora historicamente estas mudanças tenham começado a ser moldadas no final dos anos 60 do século XX, foi nas duas últimas décadas desse século que transformações sociais relacionadas com a revolução da tecnologia da informação, nomeadamente a emergência de uma sociedade em rede e de uma economia informacional/global, se tornaram facilmente perceptíveis e ganharam visibilidade política e social (Castells 2007). Neste contexto, se, por um lado, se levantam vozes que enfatizam o potencial proporcionado pela novas TIC para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a construção de sociedades mais igualitárias, por outro, surgem alertas de que as desigualdades nos processos de difusão tecnológica, inerentes às desigualdades sociais pré-existent

---

1 Para um aprofundamento desta questão ver Silveririnha (2011).

(entre as quais as desigualdades de gênero), constituem uma realidade que não deve ser escamoteada e uma forte ameaça para a integração social daqueles que não têm condições para aceder às novas tecnologias nem de as usar de forma apropriada a uma participação plena na Era da Informação (Castells, 2007).

No contexto do desenvolvimento da ciência moderna numa Era da Informação, a preocupação de tornar o sistema científico-tecnológico igualitário torna-se então, e cada vez mais, um foco de investimento das políticas públicas, da atenção da academia e de outros agentes sociais, tais como os representantes da sociedade civil e dos *media*.

As raízes deste debate remontam ao contexto dos movimentos feministas de libertação (anos 1960/1970), quando surgem as primeiras teorias feministas sobre as mulheres na ciência e na tecnologia, criticando o sexismo e o androcentrismo presentes no domínio da produção científica e tecnológica (Harding, 1991). No entanto, como refere Maria João Silveirinha (2011), os trabalhos produzidos oscilam entre “o optimismo utópico e o fatalismo pessimista, entre a tecnofobia e a tecnomania”. Consequentemente, equacionam-se ainda as consequências e o significado da tecnologia na vida das mulheres (Merchant, 1980; Fox Keller, 1983; Harding, 1986; Cockburn, 1985; Cowan, 1983; Corea et al. 1985; Schiebinger 1989, 1999; Wajcman, 1991; Hopkins, 2009).

Paralelamente, surgem estudos sobre o consumo, nomeadamente dos *media* tradicionais (Bourdieu, 1986; Miller, 1987; Lull, 1988; Rakow, 1988; Turkle, 1988; van Zoonen, 1988), que abrem caminho ao incremento, nos anos 1990, da investigação sobre a inter-relação entre gênero e tecnologia, numa perspectiva da análise dos motivos pelos quais mulheres e homens se envolvem de forma desigual e/ou diferenciada com uma determinada tecnologia, seja no ambiente doméstico, na esfera do trabalho ou na do lazer/entretenimento.

Na sequência destes estudos, tornou-se mais claro o conjunto das ambiguidades e contradições observadas nas sociedades ocidentais contemporâneas em torno da categoria social *gênero*, reveladas mediante uma complexa articulação de elementos, como sejam valores, práticas e representações sociais (van Zoonen, 2002; Castells, 2000).

Um exemplo dessas ambiguidades e contradições refere-se às falácias do “discurso sobre a neutralidade de gênero”, que consiste na pretensão de que, em muitos contextos profissionais ou de carácter escolar/académico, é praticada uma política de igualdade de oportunidades entre gêneros. No entanto, este discurso esconde, muitas vezes, práticas e representações sociais que privilegiam um comportamento tipicamente associado ao masculino como, por exemplo, a aparente “naturalidade” da tecnologia para os homens. Sendo assim, acaba por se tornar perverso já que cria a ilusão confortável de uma situação de igualdade que evita que sejam tomadas medidas para operar a mudança: ao acreditarem neste discurso, as mulheres não vêem que as características que lhes são exigidas encaixam num protótipo masculino que lhes é desfavorável e ficam profissionalmente enfraquecidas.

Ora se os diversos agentes educativos que servem de modelo de aprendizagem (família, escola, meios de comunicação, etc.) veicularem representações estereotipadas acerca do que é feminino e masculino, nomeadamente no que se refere a papéis sociais, aptidões

e profissões, as expectativas de auto-eficácia<sup>2</sup> acabam por ser moldadas dentro desse quadro, limitando as escolhas académicas e profissionais dos jovens (Saavedra, Taveira e Silva, 2010).

Outros trabalhos de investigação que se encontram na linha de contributos atrás referidos são os que se dedicam especificamente à análise da forma como determinados dualismos associados à categoria social género condicionam os comportamentos de ambos os sexos. Estes trabalhos têm servido para desconstruir a retórica em que assentam alguns desses dualismos, estereotipados e mutuamente exclusivos, e ainda para evidenciar que, não obstante as falsas lógicas em que assentam, continuam efectivamente a exercer uma força poderosa no afastamento das mulheres da tecnologia.

Um desses dualismos refere-se à ideia de que os homens são mais orientados para a tecnologia e têm mais aptidões instrumentais e que as mulheres são mais orientadas para as pessoas e têm mais aptidões relacionadas com a expressividade. Vários autores (Keller, 1985; Turkle 1988) constataram que muitas das jovens que equacionam prosseguir estudos em Ciências da Computação ou áreas afins acabam por perder a motivação para o fazer porque, na sua perspectiva, o facto de optarem por trabalhar tão de perto com a tecnologia pode estar relacionado com a rejeição de qualquer envolvimento significativo em relações sociais e emocionais e, conseqüentemente, com a possibilidade de virem a enfrentar o conceito de *gender inauthenticity* sugerido por Evelyn Fox Keller (1985). De facto, Turkle (1988) concluiu que as mulheres que entram para as Ciências da Computação vêem os *hackers* como único modelo de intimidade com os computadores e mostram-se, frequentemente, reticentes em relação a estas máquinas precisamente porque esse modelo parece excluir a intimidade humana.

Se este e outros trabalhos revelam como o estereótipo envolvido no dualismo tecnologia/pessoas assenta em pressupostos errados sobre a existência de aptidões masculinas versus aptidões femininas, a força destes estereótipos reflecte-se em comportamentos que mulheres e homens propositadamente assumem para que a sua identidade de género, assente no modelo tradicional patriarcal, não seja ameaçada.

Em suma, desde a década de 1980 que os estudos de género se têm vindo a tornar transversais a campos de investigação social, como: relações entre Ciência, tecnologia e sociedade; domesticação das tecnologias; fosso digital; escolhas vocacionais; emprego, trabalho e família; participação nas esferas do poder e decisão política e económica, etc. Todas estas questões, em conjunto, têm vindo a contribuir para a explicação e a compreensão da inter-relação entre género e tecnologia e para o delineamento de políticas mais eficientes e eficazes na construção de uma Era da Informação mais justa e igualitária.

## Questões de conceptualização e de medida do fosso digital

A ideia da existência de um fosso digital baseia-se na constatação de que, nas socieda-

---

2 O conceito de “expectativas de auto-eficácia” refere-se às crenças de que mulheres e homens têm de que possuem maior apetência e melhores capacidades para exercerem certas actividades e profissões, social e culturalmente consideradas como mais femininas ou mais masculinas, respectivamente (Saavedra, Taveira e Silva, 2010).

des contemporâneas, não existe um acesso universal às TIC e à informação, assim como em evidências que sugerem a existência de disparidades sociais, culturais e económicas entre aqueles que têm acesso às redes globais digitais, usando-as eficientemente e beneficiando das suas potencialidades, e aqueles que não têm esse acesso, não as usam nem delas beneficiam (Wolf, 2002).

Enquanto área de investigação, o fosso digital é multidimensional e cobre uma enorme variedade de questões, dificultando a construção de um modelo de análise do fenómeno, a sua medição e a sua compreensão (OCDE, 2009).

Vários estudos têm vindo a revelar a existência de uma pluralidade de “fossos digitais”, condizentes com a diversidade de situações no acesso às TIC e nos seus usos, e com a existência também de benefícios sociais, económicos e culturais diferentes, em função desses acessos e desses usos.

O fosso digital apresenta-se, assim, como um fenómeno dinâmico para cuja compreensão, medição e tentativas de comparação se exigem ajustamentos sistemáticos e cuidados constantes em termos teórico-metodológicos.

Só raramente os inquéritos que visam proporcionar uma análise da difusão das TIC em diferentes países (realizados quer por organizações governamentais produtoras das estatísticas oficiais quer por outras organizações) possibilitam análises comparativas, apesar da sua aparente similaridade. As diferenças entre estes estudos resultam de opções teórico-metodológicas que se consubstanciam em desenhos de investigação com especificidades próprias: objectivos; dimensões de análise; indicadores; índices; métodos de amostragem e de recolha de dados diferentes. No sentido de harmonizar conceitos e desenhos de investigação, algumas organizações têm vindo a produzir guias de normalização, assumindo aqui um papel de relevo as Nações Unidas, a Eurostat e a OCDE.

### Inquirindo sobre inclusão e participação digital

Da revisão da literatura efectuada concluímos que, embora sob diferentes designações, as dimensões analíticas utilizadas na maioria dos estudos se centravam sobre três grandes áreas: *Acessos*, *Usos* e *Consequências*.

De modo a obter possibilidades de comparação internacional bem como a encontrar formas simples de monitorizar tendências dentro de diferentes subgrupos sociais a que o Projecto *Inclusão e Participação Digital*<sup>3</sup> deu especial atenção, optámos por estruturar um inquérito à população a partir das métricas para a avaliação da participação digital referenciadas pela instituição reguladora da Comunicação britânica, a OFCOM<sup>4</sup>. Essas métricas foram: 1) Acesso, 2) Abrangência, 3) Profundidade e 4) Impacto social, de que apresentaremos de seguida a sua conceptualização e resultados.

No que se refere a procedimentos, e tendo como base os objectivos do Projecto, a amostra

3 Um dos seus objectivos era a comparação entre a situação em Portugal e nos Estados Unidos pelo que o desenvolvimento de métricas e metodologias comuns assumiu uma dimensão estratégica.

4 Outras fontes como Austin City Survey, conduzido pela equipa de Joseph Straubhaar (2011), o Pew Research Center e o relatório E-Generation (Cardoso, Espanha & Lapa, 2007) foram também utilizados.

resultou de uma estratégia de selecção de indivíduos que, de alguma forma, estivessem em situação de precariedade, quer porque necessitassem de recorrer a locais públicos para acederem à internet, quer por se encontrarem em situação de precariedade laboral.

O inquérito foi administrado de forma directa por investigadores do Projecto a indivíduos com mais de 15 anos que se encontravam em espaços da rede de Espaços Internet<sup>5</sup> e em Centros de Emprego e Formação Profissional das áreas metropolitanas de Lisboa, Coimbra e Porto. Os resultados devem assim ser lidos tendo em consideração este enviesamento amostral. Foram realizados 893 inquéritos, dos quais 452 são indivíduos do sexo masculino e 441 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 15 e os 87 anos.

## Análise e discussão dos resultados

### Acesso

Genericamente, a investigação sobre o fosso digital nas economias mais desenvolvidas tem revelado que, não obstante se assistir a uma redução das desigualdades de género no acesso e nos níveis mais básicos de utilização do computador e da internet, a dimensão de género continua a ser um factor importante na “qualidade” do envolvimento com a tecnologia (Brunet e Proulx, 1989; Lally, 2003; Dittmar *et al.*, 2004; Liff e Shepherd, 2004; Korupp e Szydlík, 2005; Melissa e Newcombe, 2005; Lemish e Cohen 2005; Yu, 2006; Van Dijk, 2006; Cranmer, 2006; Selwyn e Facer, 2007).

A dimensão de análise do fosso digital mais comum envolve indicadores de acesso às TIC. Num primeiro nível, o mais elementar, por acesso entende-se a possibilidade que os indivíduos têm de poder aceder fisicamente a uma determinada TIC (em casa, no trabalho, na escola ou noutros locais), relacionando-se as desigualdades relativas a esse tipo de acesso com as diferenças económicas entre indivíduos e/ou as diferenças relativas à dotação de infra-estruturas TIC do local onde habitam.

Num segundo nível, a conceptualização de acesso alarga-se à possibilidade de os indivíduos poderem, efectivamente, usar as TIC de forma eficiente, em função de um determinado objectivo, estando as diferenças e desigualdades neste tipo de acesso relacionadas com níveis educacionais e com aspectos culturais que moldam o envolvimento dos indivíduos com a tecnologia.

No que se refere ao nível mais elementar de acesso, entre a população que inquirimos verifica-se que as diferenças de género são reduzidas, havendo inclusive uma ligeira vantagem feminina na posse de algumas TIC: 77,3% das mulheres declararam possuir um computador portátil (contra 70,4% dos homens) e 99,5% declararam ter telemóvel (contra 97,1% dos homens)<sup>6</sup>.

Por outro lado, conforme se pode observar no Quadro 1, a disponibilização de acesso à internet em casa está bastante disseminada, sendo até bastante maior para as mulheres.

---

5 Sobre a Rede de Espaços Internet, ver artigo de Cristina Ponte, neste número da revista

6 Sobre a relação das mulheres com o telemóvel, ver artigo de Carla Ganito, neste número da revista.

QUADRO 1 – DISPONIBILIDADE DE ACESSO À INTERNET EM CASA

	Género	
	Masculino	Feminino
Sim	305	332
	70,1%	82,4%
Não	130	71
	29,9%	17,6%
<b>Total</b>	435	403
	100,0%	100,0%

P<0.001

Fonte: Projecto Inclusão e Participação Digital; Azevedo e Seixas, 2011

Os resultados do inquérito revelaram que, para além da casa, outros locais constituem importantes fontes de acesso à internet: escolas e universidades, o local de trabalho e espaços públicos como bibliotecas<sup>7</sup>. Estes resultados são consonantes com outros estudos realizados em Portugal<sup>8</sup>, que mostram esta tendência da generalização do acesso em casa e em locais públicos, especialmente em contextos urbanos.

Porém, a ligeira vantagem feminina no acesso ao computador portátil, ao telemóvel e à utilização da internet em casa dilui-se quando se analisa a frequência de utilização da rede, segundo o género.

A frequência de utilização das TIC é um dos indicadores que permite fazer uma leitura da integração destas tecnologias na vida quotidiana. No que diz respeito à internet, os resultados encontrados apontam para a existência de uma maior incorporação desta nas vivências e nas rotinas diárias por parte do género masculino (cf. quadro 2).

Globalmente, verificou-se que as categorias relativas à não utilização da internet são residuais, representando no seu conjunto 6,7% da população respondente. Este valor, associado ao anterior, de acesso maioritário a tecnologias em casa, sugere assim que, ao contrário do que tínhamos inicialmente suposto, a maioria dos utilizadores dos Espaços Internet é uma população que acede regularmente a esses meios, em casa e fora dela, não divergindo significativamente do panorama dos utilizadores entre a população geral. A maioria dos respondentes menciona uma utilização muito frequente (52,8%) ou uma utilização irregular, alternando períodos de uso frequente com períodos de uso mais esporádico (40,5%).

7 Sem diferenças de género significativas.

8 Ver por exemplo os estudos do OberCom. <http://www.obercom.pt>

QUADRO 2 - FRASE QUE MELHOR DESCREVE USO DE INTERNET

	Género	
	Masculino	Feminino
Eu nunca usei a internet	7 1,6%	25 5,7%
Eu nunca quis usar a internet	5 1,1%	2 0,5%
Já fui utilizador da internet mas agora não sou	6 1,3%	14 3,2%
Existem períodos que uso frequentemente e períodos que uso pouco	180 40,3%	178 40,7%
Eu uso muito frequentemente a internet	249 55,7%	218 49,9%
<b>Total</b>	447 100,0%	437 100,0%

P<0.005

Fonte: Projecto Inclusão e Participação Digital; Azevedo e Seixas, 2011

Porém, uma análise da frequência de utilização da internet segundo o género revela que existem diferenças entre homens e mulheres. Repare-se que, apesar de residuais, as mulheres predominam nas categorias de não utilização da internet: 9,4% das mulheres não utilizavam os serviços de internet no momento da inquirição versus 4% dos homens. Por outro lado, no grupo dos utilizadores, os homens predominam na utilização muito frequente.

Estes resultados encontram-se em linha com conclusões apresentadas noutros estudos relativamente às assimetrias de género na utilização das TIC. Por exemplo, em Portugal, um relatório produzido pelo OberCom (2010) a partir de dados do INE (2008)<sup>9</sup> confirma a existência de diferenças de género na utilização do computador e da internet. No grupo dos utilizadores maiores de 15 anos observa-se uma certa masculinização da utilização do computador, na medida em que 55,7% dos utilizadores do sexo masculino mencionaram utilizar esta tecnologia enquanto nos utilizadores do sexo feminino a taxa é de 48,3% (*Idem, Ibidem*). No que se refere aos serviços de internet, no grupo dos utilizadores com mais de 15 anos, os do sexo masculino quase atingem a metade (46,5%) enquanto no sexo feminino esse valor se situa em 37,6%, corroborando a persistência de assimetrias de género no que se refere à penetração desta tecnologia nos respectivos quotidianos.

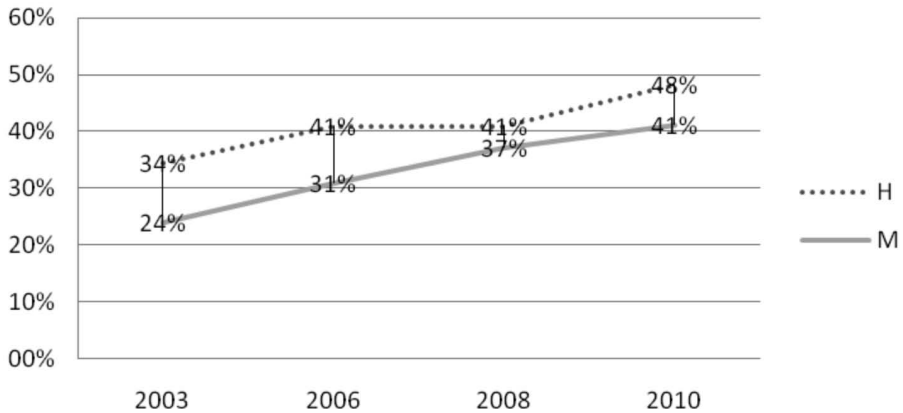
Ainda segundo outro relatório da OberCom (2010a), com base em dados do inquérito WIP *World Internet Project* em Portugal, a masculinização do uso de internet é um fenómeno

9 Desde 2003 que o INE realiza anualmente o Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação nas Famílias, inquirindo indivíduos entre os 16 e os 74 anos. A partir de 2005, foi introduzido um conjunto de questões dirigidas aos indivíduos com idade compreendida entre os 10 e os 15 anos. A pertinência deste relatório assenta na comparação de práticas entre os portugueses mais jovens e o resto da população.



que se tem vindo a atenuar desde 2006, embora entre 2008 e 2010 se tenha acentuado ligeiramente (cf. Gráfico 1)

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DA INTERNET SEGUNDO O GÉNERO



Fonte: OberCom, 2010 a

Ou seja, em Portugal e à semelhança do que acontece em países desenvolvidos, apesar de haver todo um conjunto de indicadores que apontam para uma redução do fosso digital entre mulheres e homens (pelo menos no que se refere aos níveis mais elementares de acesso às TIC, em particular ao computador e à internet), as mulheres parecem ainda estar em desvantagem no que diz respeito a uma penetração destas tecnologias nas rotinas quotidianas.

Para se compreender estes resultados é necessário ter em consideração que o acesso das mulheres às TIC é restringido por factores que vão além dos relativos às condições económico-financeiras dos indivíduos e às infra-estruturas tecnológicas existentes no local onde residem e trabalham. Neste sentido, introduzimos um segundo nível da dimensão *acesso*, que se liga a factores socioculturais, entre os quais destacamos a *tecnofobia* e a dupla jornada de trabalho feminino.

De facto, um dos factores socioculturais que pode limitar um maior envolvimento das mulheres com as TIC será o (aparente) medo que estas têm da tecnologia<sup>10</sup>. A *tecnofobia* feminina resulta de um processo de socialização que promove a crença de que as máquinas e a tecnologia são um domínio masculino, gerando um enviesamento de género nas

10 Uma explicação alternativa é apontada por van Zoonen (2002) que refere uma tática de resistência por parte das mulheres. Segundo esta autora, a distância das mulheres face às tecnologias pode ficar a dever-se não a um processo de dominação masculina inerente a características de uma sociedade patriarcal, mas sim a uma estratégia consciente e deliberada por parte das mulheres para não ficarem sobrecarregadas de responsabilidades familiares. Ao evidenciarem, propositadamente, uma menor aptidão para lidar com a tecnologia, esperam que essa componente doméstica seja assegurada pelo companheiro.

representações, atitudes e comportamentos em relação ao domínio tecnológico, nomeadamente no que se refere aos processos de aprendizagem no manuseamento da tecnologia. Se a este receio se juntarem as conhecidas dificuldades que as mulheres enfrentam, em conciliar a sobrecarga de papéis familiares e profissionais, que acaba por se traduzir em menos tempo livre para se dedicarem a actividades fora do domínio profissional e familiar, de puro prazer pessoal (como pode ser a relação com uma tecnologia), pode-se compreender o porquê da existência um menor envolvimento das mulheres com as TIC.

A revisão da literatura sobre a temática do envolvimento das mulheres com a tecnologia proporciona uma grelha para a explicação e compreensão dos resultados encontrados que sugere a hipótese da existência de uma maior confiança masculina na sua relação com a tecnologia, nomeadamente na sua capacidade de a saber utilizar sem necessidade de recorrer ao apoio formal ou informal de terceiros.

De facto, um robusto corpo de investigação sobre esta temática (Saavedra, Taveira e Silva, 2010) tem concluído que, apesar de todos os avanços registados em países desenvolvidos em matéria de igualdade de oportunidades entre géneros, subsistem constrangimentos sociais e culturais aos mais diversos níveis, profundamente enraizados num modelo de funcionamento societal com séculos de existência, o modelo tradicional patriarcal.

Um dos nossos indicadores para avaliar as expectativas de auto-eficácia foi a percepção dos inquiridos acerca da influência do apoio social formal e/ou informal nas aprendizagens de utilização da internet. Os resultados indicaram que os homens consideram, mais do que as mulheres, não necessitar do apoio de terceiros na sua aprendizagem. A partir do Quadro 3 verifica-se que dois terços (66,4%) dos homens declaram ter aprendido sozinhos a utilizar a internet, para pouco mais de metade (54, 1%) das mulheres.

QUADRO 3 – FREQUÊNCIA DE INDIVÍDUOS QUE REPORTARAM TEREM APRENDIDO SOZINHOS A UTILIZAR A INTERNET

	Género	
	Masculino	Feminino
Sim	290	218
	66,4%	54,1%
Não	147	185
	33,6%	45,9%
<b>Total</b>	437	403
	100,0%	100,0%

P<0.001

Fonte: Projecto Inclusão e Participação Digital; Azevedo e Seixas, 2011

Em suma, relativamente à dimensão *Acesso*, os resultados do inquérito indicam que:

- a) As questões básicas de acesso infra-estrutural estão, em grande parte, resolvidas para a população inquirida em espaços públicos de acesso à internet, mas o género feminino predomina, ainda que de forma ligeira, no grupo dos não utilizadores;

- b) As barreiras de factores socioculturais de acesso parecem representar a diferenciação básica.

Para além das questões relativas ao acesso, é importante considerar a qualidade da penetrabilidade da internet no quotidiano de homens e mulheres. Esta pode ser aferida mediante dimensões da participação digital, nomeadamente a *abrangeência* do envolvimento dos sujeitos com as TIC.

O esforço de medição do fenómeno para traduzir a sua complexidade implica que se entre também em linha de conta com indicadores/variáveis que traduzam os usos específicos e diferenciados das TIC, valorizando a análise micro do fosso digital. Ou seja, uma análise que considere as experiências de vida dos indivíduos e o seu grau de envolvimento com a tecnologia em função dessas experiências (Selwyn *et Facer*, 2007; van Zoonen, 2002; Anderson *et Tracey*, 2001), bem como os modos como as TIC passam por um processo de “domesticação” que envolve as micropolíticas da “economia moral do lar” (Silverstone *et al.*, 1992).

### **Abrangeência do envolvimento**

Como vimos, a abrangência do envolvimento com as TIC diz respeito aos modos de a usar e consumir (comunicação, operações comerciais, visionamento de conteúdos, recurso a serviços públicos *online*, etc.). Para esta investigação, a abrangência foi operacionalizada de duas formas: avaliação dos tipos de actividades específicas realizadas *online*; e agregação do número de actividades realizadas.

A primeira, a avaliação dos tipos de actividades, focaliza-se nos interesses particulares e na verificação dos modos como as actividades *online* têm uma variação de género. A segunda, ao quantificar o número de actividades, permite uma visão global sobre a extensão do envolvimento de homens e mulheres.

A distribuição das actividades realizadas na internet segundo o género revela que homens e mulheres se diferenciam de certo modo nas formas de estar *online*, existindo actividades mais utilizadas por um público masculino e outras por um público feminino, enquanto outras ainda não apresentam diferenciação de género.

GRÁFICO 2 – ACTIVIDADES REALIZADAS ONLINE SEGUNDO O GÉNERO (%)



Fonte: *Projecto Inclusão e Participação Digital*. Azevedo e Seixas (2011)

Conforme se verifica no Gráfico 2, as principais actividades *online* realizadas por utilizadores do sexo masculino são o uso do correio electrónico (95,6%), o visionamento de vídeos (88,5%) e consultar informação desportiva, cultural e de entretenimento (87,3%), duas delas fortemente ligadas ao lazer e a tempos livres. Nas mulheres lidera também o correio electrónico (97,8%), mas agora seguido de actividades de carácter relacional, como os serviços de mensagens instantâneas (86,6%), e de carácter pragmático e estratégico, como a recolha de informação para realizar trabalhos escolares e profissionais (85,3%).

A comparação dessas prioridades aponta em, pelo menos, duas direcções.

Por um lado, estas diferenças reflectem um padrão masculinizado na categoria genérica de entretenimento/informação, que se torna ainda mais expressivo se adicionarmos as diferenças encontradas em actividades como jogar *online* e fazer *downloads* de música ou filmes. Estes resultados são consistentes com outros inquéritos, em Portugal e noutros países<sup>11</sup>: o inquérito realizado pelo OberCom, *A utilização da Internet em Portugal, 2010*<sup>12</sup>,

11 Ver por exemplo o inquérito inglês da participação digital (Ofcom 2010)

12 [http://www.obercom.pt/client/?newsId=428&fileName=relat\\_internetPortugal\\_2010.pdf](http://www.obercom.pt/client/?newsId=428&fileName=relat_internetPortugal_2010.pdf)

aponta para o mesmo perfil de masculinização nas actividades de consulta de *sites*/jornais desportivos, utilizados por metade dos homens internautas (49,5%) e apenas por um quinto das mulheres (21%) e os jogos *online* (utilizados por 43,6% dos homens e 32,7% das mulheres).

Uma segunda tendência vai no sentido de um padrão feminizado de dois conjuntos de actividades: a utilização da internet para a realização de trabalhos escolares e/ou profissionais e a utilização de mensagens instantâneas (MSN Messenger, Google Talk e outros) e de redes sociais (Hi5, Facebook, etc.). Assim, as mulheres que referiram utilizar a internet como apoio informativo na realização de tarefas escolares ou profissionais superaram a taxa masculina, que foi de 79%, tal como aconteceu com a utilização de mensagens instantâneas (para 80,5% dos homens). Também a participação em redes sociais atrai um pouco mais as mulheres (78,4%) do que os homens (75,8%). Mais uma vez, estes resultados são consistentes com os de outros inquéritos nacionais e internacionais.

Actividades menos frequentes, como realizar chamadas telefónicas através do computador e efectuar compras *online* (livros, viagens, etc.) - uma das actividades que mais revela de exigência de confiança, segurança da informação e abertura às disponibilidades de mercado da rede - revelaram-se idênticas nos dois sexos, com valores que apontam para cerca de um terço de utilizadores (respectivamente 33,7 e 37,2% dos homens, e 34,1 e 36,9% das mulheres).

Após verificarmos as diferenças de género por tipo de actividades, procuramos caracterizar as diferenças em termos da amplitude das actividades realizadas. Para isso, contabilizamos o número de actividades diferentes que cada sujeito realiza entre a lista de 15 actividades sugeridas.

O Quadro 4 mostra-nos que, embora de forma não significativa, os utilizadores do sexo masculino apresentam uma maior diversidade de utilização: 45,4% declararam efectuar entre 11 e 15 das actividades, para 38,8% das mulheres. Inversamente, o grupo com menos actividades é maioritariamente feminino.

QUADRO 4 – QUANTIDADE DE ACTIVIDADES REALIZADAS NA INTERNET

	Género		Total
	Masculino	Feminino	
0-5 actividades	84	98	182
	18,6%	22,2%	20,4%
6-10 actividades	163	172	335
	36,1%	39,0%	37,5%
11-15 actividades	205	171	376
	45,4%	38,8%	42,1%
<b>Total</b>	452	441	893
	100,0%	100,0%	100,0%

NS

Fonte: Projecto Inclusão e Participação Digital; Azevedo e Seixas, 2011

Em síntese, os resultados do nosso estudo, em consonância com um conjunto alargado de outros, parecem revelar perfis *genderizados* de actividades na internet. O perfil mais masculinizado caracteriza-se por um leque mais alargado de actividades, com uma predominância relativa de actividades individualizadas de entretenimento e de consumo de informação. O perfil mais feminizado é menos diverso e com predominância relativa de dimensões de trabalho e de conexão social.

### Profundidade

A *profundidade do envolvimento* diz respeito aos modos de uso no que se refere às contribuições do utilizador, comentários, redes sociais, desenvolvimento de conteúdos, etc. Em termos desta investigação, o conceito foi operacionalizado de três formas:

- a) Criação de conteúdo – construção de *sites* ou *blogs*, participação em *sites* colaborativos e contribuição para a comunicação *online* –, comentários nas redes, partilha de fotos e vídeos, criação de perfis pessoais na rede;
- b) Compreensão das questões relativas à segurança e privacidade de navegação;
- c) Compreensão dos conteúdos em termos de confiança e dimensão crítica.

Na globalidade, destaca-se a pequena percentagem de respondentes que revelaram já terem contribuído para um *site* colaborativo (14%), embora aumente substancialmente a dos que declararam manifestar interesse em fazer esta actividade (43,4%).

A maioria dos respondentes que deram o seu contributo em *sites* colaborativos é do sexo masculino (20%): apenas 7% dos respondentes femininos mencionaram já ter colaborado nestes *sites*. Curiosamente, a situação inversa acontece no grupo dos que manifestam interesse em contribuir para *sites* colaborativos: cerca de metade (50,5%) das mulheres respondentes declararam estar interessadas em fazê-lo, para os 36,9% dos homens respondentes, parecendo assim terem sido levadas a pensar no assunto pela própria pergunta. No caso dos não interessados as diferenças são mínimas: 39% dos homens e 39,5% das mulheres.

Estes resultados devem ser lidos no cruzamento com outras dimensões analíticas. Para uma participação digital completa é necessário que o utilizador tenha *motivação* para estar *online*, *possibilidade* de aceder aos equipamentos, e *capacidades* para os utilizar, para usufruir das suas vantagens e para proteger-se dos perigos existentes na rede.

Sendo assim, as discrepâncias de género na participação digital podem revelar-se mais expressivas quando se verifica que, apesar do grande interesse comum em estar *online*, as possibilidades de acesso, uso, usufruto e protecção por parte de utilizadoras do sexo feminino são menores face às dos utilizadores do sexo masculino.

No caso concreto da população respondente, observamos que no grupo dos utilizadores não existem diferenças de género no acesso ao equipamento e serviços de internet, desta-

cando-se até a existência de mais mulheres com computador portátil. Porém, uma análise segundo a frequência de utilização da internet revelou que os homens são mais assíduos.

Por outro lado, observou-se que as formas de estar *online* são diferentes e que essa diferença é marcada não apenas pela tecnologia: as mulheres aparecem em desvantagem em actividades que implicam maior disponibilidade de tempo e/ou competências digitais, tais como pesquisar conteúdos de entretenimento, ver vídeos, participar em fóruns ou em *sites* colaborativos.

Apesar disto, as mulheres manifestam, como vimos, um significativo maior interesse em se envolver mais na contribuição para *sites* colaborativos. O que as impedirá de concretizar esse interesse? Como observamos, os resultados indicam que não se trata de uma questão de acesso aos equipamentos e serviços. No entanto, a dimensão tempo já aparece como relevante. Na verdade, conforme podemos verificar no Quadro 5, a situação laboral das mulheres interfere directamente com a percentagem de participação, verificando-se que as mulheres que trabalham a tempo parcial ou que estão desempregadas têm maiores taxas de participação. Pelo contrário, nos homens esse facto é irrelevante ou mesmo inverso.

QUADRO 5 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO EM ACTIVIDADES COLABORATIVAS POR SITUAÇÃO LABORAL

Condição laboral actual			Género	
			Masculino	Feminino
Trabalhador a tempo inteiro	Fazer comentários para um <i>blog</i> ou página de rede social de outra pessoa	Sim	64	46
			70,3%	63,0%
Trabalhador a tempo parcial	Fazer comentários para um <i>blog</i> ou página de rede social de outra pessoa	Sim	20	19
			58,8	70,4%
Desempregado	Fazer comentários para um <i>blog</i> ou página de rede social de outra pessoa	Sim	87	113
			64,9%	68,1%
Trabalhador a tempo inteiro	Contribuir para um <i>site</i> colaborativo tipo Wikipedia	Sim	16	4
			17,6%	5,5%
Trabalhador a tempo parcial	Contribuir para um <i>site</i> colaborativo tipo Wikipedia	Sim	6	2
			17,6	7,4%
Desempregado	Contribuir para um <i>site</i> colaborativo tipo Wikipedia	Sim	32	16
			23,9%	9,6%

Fonte: Projecto Inclusão e Participação Digital; Azevedo e Seixas, 2011

Relativamente à criação de conteúdos, as únicas diferenças observadas entre homens e mulheres que se mostraram estatisticamente significativas foram a participação em *sites* colaborativos tipo Wikipedia e a assinatura de petições *online*.

QUADRO 6 – FREQUÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO EM ACTIVIDADES COLABORATIVAS ONLINE

	Género	
	Masculino	Feminino
Já participou em <i>sites</i> colaborativos (tipo Wikipedia)*	87 20,0%	30 7,5%
Já participou na assinatura de petições <i>online</i> **	158 36,3%	163 45,5%

\*P<0.001  
\*\*P<0.005

Fonte: Projecto Inclusão e Participação Digital; Azevedo e Seixas, 2011

No que se refere à assinatura de petições *online*, verificou-se que globalmente cerca de 41% dos respondentes mencionou já as ter assinado em algum momento. Uma análise segundo o género revela que as mulheres já assinaram mais petições *online* (45,5%) do que os homens (36,3%).

Neste sentido, verifica-se que, na sequência dos diferentes perfis de utilização identificados anteriormente, homens e mulheres estão envolvidos com a internet de forma diferenciada, continuando a registar-se uma maior colaboração *online* em conteúdos ligados à produção da informação por parte do sexo masculino e uma maior actividade do sexo feminino em actividades que envolvem relacionamentos sociais.

Outra das dimensões importantes da profundidade do envolvimento é a compreensão das questões de segurança da informação. Nos Quadros 7 e 8, podemos verificar a maior preocupação manifestada com a origem e a veracidade da informação por parte do sexo feminino. As razões para esta diferença poderão estar quer na diferente socialização para a tomada de riscos quer no facto de as mulheres terem declarado utilizar mais a internet para efeitos de trabalhos académicos e profissionais.

QUADRO 7 – PREOCUPAÇÃO COM A ORIGEM DA INFORMAÇÃO

	Género	
	Masculino	Feminino
Não me preocupo com a origem da informação	178 41,3%	127 31,8%
Sim, preocupo-me, e procuro identificar o autor do conteúdo ou site e comparo os <i>sites</i>	254 58,7%	273 68,3%
<b>Total</b>	432 100,0%	400 100,0%

P<0.001

Fonte: Projecto Inclusão e Participação Digital; Azevedo e Seixas, 2011



QUADRO 8 – COMPARAÇÃO DE *SITES* PARA VERIFICAÇÃO DA VERACIDADE DA INFORMAÇÃO

	Gênero	
	Masculino	Feminino
Sim	273 62,9%	263 65,6%
Não	131 30,0%	122 30,4%
NS/NR	31 (7,1%)	16 (4,0%)
Total	437 100,0%	401 100,0%

NS

Fonte: Projecto Inclusão e Participação Digital; Azevedo e Seixas, 2011

### Impacto social

Pode-se ainda mencionar um outro nível de análise do fosso digital, o das consequências sociais para os indivíduos resultantes de acessos e usos desiguais e/ou diferenciados relativos a uma determinada TIC. Neste nível, procura-se compreender e explicar a relação existente entre a exclusão e a inclusão digital e social, analisando de que formas os acessos e usos desiguais ou diferenciados têm impacto na intensidade do contacto com amigos e familiares, e na utilização de informação e serviços locais.

A este propósito, Castells refere que a info-exclusão fundamental não se mede pelo número de ligações à internet, mas sim pelas consequências que tanto a ligação, como a sua falta de ligação comportam (2007a: 311).

Nas nossas respostas, as mulheres manifestaram, mais do que os homens, o impacto social (entendido aqui em sentido amplo) que esta tecnologia tem tido nas suas vidas, em particular no aumento dos contactos com familiares e amigos distantes e na sua utilidade para o desempenho nas suas actividades de trabalho.

Relativamente ao impacto da internet sobre a frequência de contacto com familiares e amigos, quase dois terços das mulheres respondentes (63%) consideram que esta tecnologia serviu para o incremento da comunicação com familiares e amigos, enquanto um pouco mais de metade (54,5%) dos homens o afirma. Por sua vez, 40,8% dos homens consideram que a internet não exerceu qualquer influência no contacto enquanto um número residual refere até que contribuiu para diminuir a frequência de contacto (2,8%). No caso das mulheres, 35,8% considera que a frequência de contactos se manteve igual e é praticamente nulo o valor das que dizem que fez diminuir os contactos (cf. Quadro 9).

QUADRO 9 – GRAU DE IMPLICAÇÃO DA INTERNET PARA OS RELACIONAMENTOS SOCIAIS

	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Aumentou	230	252	482
	54,5%	63,0%	58,6%
Manteve	172	143	315
	40,8%	35,8%	38,3%
Diminuiu	12	2	14
	2,8%	0,05%	1,7%
NS/NR	8 (1,9%)	3(0,8%)	11 (1,3%)
<b>Total</b>	422	400	822
	100,0%	100,0%	100,0%

P<0.01

Fonte: Projecto Inclusão e Participação Digital; Azevedo e Seixas, 2011

No que se refere à utilidade da internet em várias dimensões da vida quotidiana (trabalho, entretenimento e sociabilidade), a única diferença de género estatisticamente significativa refere-se à dimensão trabalho. A maioria dos respondentes (56,4%) manifesta um elevado grau de concordância com a afirmação “Acho que a Internet é útil no meu trabalho”, enquanto cerca de um quarto (24,3%) declara concordar com ela. Apenas uma pequena percentagem discordou totalmente com a afirmação (7%) ou em parte (5,1%) Ou seja, existe um consenso acerca da importância desta tecnologia nas rotinas de trabalho. Foram as mulheres quem revelou maior concordância com a afirmação: nas suas respostas as categorias de concordância somam 85,1% das respostas, ao passo que nos homens somam 76,6% (Cf. Quadro 10).

QUADRO 10 – GRAU DE CONCORDÂNCIA COM A UTILIDADE DA INTERNET PARA O TRABALHO

	Género	
	Masculino	Feminino
Concordo totalmente	231	242
	53,0%	60,0%
Concordo	103	101
	23,6%	25,1%
Neutral	39	21
	8,9%	5,2%
Discordo	25	18
	5,7%	4,5%
Discordo totalmente	38	21
	8,7%	5,2%
<b>Total</b>	436	403
	100,0%	100,0%

P<0.05

Fonte: Projecto Inclusão e Participação Digital; Azevedo e Seixas, 2011

## Conclusão

Na população inquirida em espaços públicos de acesso à internet, homens e mulheres diferenciam-se nas formas como participam *online* havendo indícios de redução do fosso digital assente na dimensão género, quer ao nível do acesso básico à tecnologia (computador, internet, telemóvel), quer ao nível dos benefícios sociais que a internet está a ter sobre o quotidiano (aumento da comunicação com familiares e amigos e utilidade desta tecnologia no trabalho). No entanto, existem também indícios de que os constrangimentos relacionados com a dimensão género continuam a impedir que as mulheres participem mais intensamente, nomeadamente por via de um aumento do número de utilizadoras (notamos que as mulheres predominam no grupo dos não utilizadores) e mediante o envolvimento em actividades de produção de informação.

Um robusto corpo de investigação social sobre a inter-relação entre género e tecnologia indicia que os motivos deste ainda menor envolvimento das mulheres com as TIC, quer enquanto produtoras quer enquanto utilizadoras, se prendem com a persistência de representações e de práticas sociais assentes em estereótipos de género, enraizados num modelo tradicional/patriarcal, que condiciona a forma como as mulheres encaram a tecnologia. Seja porque o ambiente tecnológico tem uma conotação masculinizada, seja porque a dupla jornada de trabalho diminui o tempo para as mulheres se dedicarem a outras actividades de lazer/entretenimento, facto é que as mulheres parecem desejar estar mais envolvidas com a tecnologia do que efectivamente estão. Estes dados implicam, por isso, uma dupla leitura: apesar da diminuição das desigualdades, as formas diferenciadas de estar *online* indicam que ainda persistem assimetrias baseadas na dimensão género que importa considerar nomeadamente no planeamento de políticas concertadas que visem a redução do fosso digital ente homens e mulheres – entre quem *usa* e também para quem *ainda não usa*.

Por outro lado, pensamos que o esforço de medição do fenómeno que vise traduzir a sua complexidade implica: a) que se continue o trabalho, já iniciado, de construção de índices que efectuem o cruzamento das tradicionais variáveis referentes a clivagens na estratificação social (por exemplo, idade, geração, género, rendimento, raça, grau de escolaridade, etnia, rural vs urbano, etc.) e institucionais (por exemplo, local de acesso e uso das TIC); b) que se avance na construção de índices que entrem também em linha de conta com indicadores/variáveis que traduzam os usos específicos e diferenciados das TIC; c) que se progrida para um nível de análise onde se procure medir os impactos sociais, culturais e económicos que advêm desses diferentes graus de acesso/uso ou de não acesso/não uso das TIC; d) que se capte a diversidade de vivências efectivamente existentes no acesso e usos das TIC, inerentes a estilos de vida, a motivações e a oportunidades diferentes, questão que implica analisar as mulheres como um grupo heterogéneo na medida em que, apesar de poderem partilhar aspectos referentes ao que significa ser mulher num contexto sociocultural mais vasto, as suas experiências de vida particulares (onde se incluem oportunidades diferentes de educação/formação de acesso a determinados bens e serviços) ditam a diversidade de comportamentos face à tecnologia.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. et Tracey, K. (2001) "Digital Living: The Impact (or Otherwise) of the Internet on Everyday Life" in *American Behavioral Scientist*, Vol.3, n.º45, pp.456–75.
- BOURDIEU, P. (1986) *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. London: Routledge and Kegan Paul.
- BRUNET, J. et Proulx; S. (1989) "Formal versus Grassroots Training: Women, Work and Computers" in *Journal of Communications*, n.º39, pp.77-84.
- CARDOSO, Gustavo (coord.), Hespanha, Rita et Lapa, Tiago (2007) *E-Generation: Os Usos de Media pelas Crianças e Jovens em Portugal*, Lisboa, CIES/ISCTE.
- CASTELLS, Manuel (2000) "El Poder de la Identidad" in *La Era de la información: Economía, Sociedad y Cultura*, Vol. 2, Madrid, Alianza Editorial.
- CASTELLS, Manuel (2007) "O Fim do Milénio" in *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol. III, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, Manuel (2007a) *A Galáxia Internet – Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- COCKBURN, Cynthia (1985) *Machinery of Dominance: Women, Men and Technical Know-How*, London, Pluto Press.
- COREA et al. (1985) *Man-Made Women: How New Reproductive Technologies Affect Women*, London, Hutchinson.
- COWAN, Ruth Schwartz (1983) *More Work for Mother: The Ironies of Household Technology from the Open Hearth to the Microwave*, New York, Basics Books.
- CRANMER, S. (2006) *How Families Use the Internet in the Home*, Unpublished PhD Thesis, London, University of London, Institute of Education.
- DITTMAR et al. (2004) "Buying on the Internet: Gender Differences in On-line and Conventional Buying Motivations" in *Sex Roles*, n.º50, pp. 423-444.
- HARDING, Sandra (1986) *The Science Question in Feminism*, Ithaca, NY, Cornell University Press
- HARDING, S. (1991). *Whose science? Whose knowledge?* Ithaca, NY, Cornell University Press.
- HOPKINS, Patrick D. (2009) "The Intersection of Culture, Gender and Technology" in Johnson, D.G. et Wetmore, J.M. Ed.s, *Technology and Society. Building our Sociotechnical Future*, Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- INE/UMIC (2008), Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2002 - 2008
- KELLER, Evelyn Fox (1985) *Reflections on Gender and Science*, New Haven, Yale University Press
- KORUPP, Sylvia E. et Szydlík, Mark (2005) "Causes and Trends of The Digital Divide" in *European Sociological Review*, Vol. 21, n.º 4, September 2005, pp. 409.
- LALLY, E. (2003) *At Home With Computers*, Oxford, Berg.
- LEMISH, D. et Cohen, A. (2005) "On the Gendered Nature of Mobile Phone Culture in Israel" in *Sex Roles*, n.º52, pp.511-521.
- LIFF, S. et Shepherd, A. (2004). "An Evolving Gender Digital Divide?" in *OII Internet Brief*, 2, Oxford, Oxford Internet Institute in <http://microsites.oii.ox.ac.uk/oxis/publications> (consultado em Abril de 2011).
- LULL, J. (1988) *World Families Watch Television*. London: Sage.

- MELISSA, T. et Newcombe, N. (2005). How important is the digital divide? The relation of Computer and Videogame Usage to Gender Differences in Mental Rotation Ability. *in Sex Roles*, n.º53, pp.433-441.
- MERCHANT, Carolyn (1980) *The Death of Nature: Women, Ecology and the Scientific Revolution*, San Francisco, Harper & Row.
- MILLER, D. (1987) *Material Culture and Mass Consumption*. Oxford: Blackwell.
- OBERCOM (2010) *Nativos Digitais Portugueses – Idade, Experiência e esferas de utilização das TIC – Flash Report* in url: [http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr\\_julho\\_2010.pdf](http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr_julho_2010.pdf) (consultado em Maio de 2011).
- OBERCOM (2010 a) *A Utilização da Internet em Portugal 2010* in url: [http://www.obercom.pt/client/?newsId=428&fileName=relat\\_internetPortugal\\_2010.pdf](http://www.obercom.pt/client/?newsId=428&fileName=relat_internetPortugal_2010.pdf)
- OCDE (2009) *Guide to Measuring The Information Society* in url: (consultado em junho de 2011).<http://www.oecd.org/dataoecd/25/52/43281062.pdf> (consultado em Maio de 2011).
- RAKOW, L. (1988) 'Women and the Telephone: The Gendering of a Communications Technology', pp. 207–29 in C. Kramarae (ed.) *Technology and Women's Voices: Keeping in Touch*. New York: Routledge.
- RUSKAI, M. (1989) *How Stereotypes about Science Affect the Participation of Women. Women in Physics: Why so few?*, San Francisco, CA, AAAS.
- SAAVEDRA, L.; Céu Taveira, M.; Silva, A. (2010) A subrepresentatividade das mulheres em áreas tipicamente masculinas: Factores explicativos e pistas para a intervenção. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, vol. 11, núm. 1, pp. 49-59. Vetor Editora.
- SELWYN, Neil et Facer, Keri (2007) *Opening Education. Beyond the Digital Divide. Rethinking Digital Inclusion for the 21st Century*, Futurelab, UK
- SCHIEBINGER, L. (1989). *The mind has no sex? Women in the origins of modern science*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- SCHIEBINGER, L. (1999). *Has feminism changed science?* Cambridge, MA, Harvard University Press.
- SCOTT, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20, 71-99.
- SILVEIRINHA, M.J. (2011) Mulheres, Tecnologias e Comunicação: Para Além das Receitas, *Revista Media & Jornalismo* n° 18 Vol.º 10, N.º 1 – Primavera / Verão 2011 pp. 62–83.
- SILVERSTONE, R. et Hirsch, E. (Ed.s) (1992) *Consuming Technologies: Media and Information in Domestic Space*, London, Routledge.
- STRAUBHAAR, J. (2011) – Austin City Survey, (Relatório consultado em Maio 2011) <http://www.ci.austin.tx.us/telecom/downloads/austin-internet-and-global-citizens-survey.pdf>
- TURKLE, S. (1988) 'Computational Reticence: Why Women Fear the Intimate Machine', pp. 41–61 in C. Kramarae (ed.) *Technology and Women's Voices*. London: Routledge
- VAN Dijk, J. (2006). "Digital Divide Research, Achievements and Shortcomings" *in Poetics*, Vol.34, issue 4-5, pp.221-235.
- VAN Zoonen, L. (1988) 'Rethinking Women and the News', *European Journal of Communication* 3(1): 35–53.
- VAN Zoonen, Liesbet (2002) "Gendering the Internet: Claims, Controversies and Cultures" *in European Journal of Communication*, Vol. 17, Issue 1, London, SAGE Publications, pp. 5-23.
- VARGAS Rodríguez, Á. (2002). *La Ciencia Ante el Público... Tiene Género?*. In: CONGRESSO LA CIENCIA ANTE EL PÚBLICO: Cultura humanista y desarrollo científico-tecnológico, Universidad de Salamanca. CD-ROM.

WAJCMAN, Judy (1991) *Feminism Confronts Technology*, Oxford, Polity Press.

WOLF, Laura (2002) "Beyond Access: An Alternative Approach to Social Exclusion and The Internet" in *The Impact of the Internet on the Mass Media*, Tromso, Norway, COST A20 Network.

YU, L. (2006) "Understanding information inequality: making sense of the literature of theinformation and digital divides" in *Journal of Librarianship and Information Science*, 38, 4, pp.229-252